

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

NIF: 503 013 366

Endereço: Cidade Universitária 1649-003 Lisboa

Código da classificação orgânica: 11 1 05 2000

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa é um estabelecimento de ensino superior público universitário que sucedeu à Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa a qual foi criada pelo Decreto-Lei n.º 282/75, de 6 de junho.

Em 1 de fevereiro de 1991, por decisão do Senado da Universidade e a que se seguiu o Despacho 169/ME/91 (publicado na II série do DR n.º 44 de 23/10/1991) foi integrada na Universidade de Lisboa.

Os seus estatutos foram aprovados e homologados pelo Reitor da Universidade de Lisboa em 10/05/93, a que se seguiu a sua publicação na II série do DR n.º 145 de 23/06/1993. Faculdade de Medicina Dentária.

Os seus estatutos foram revistos, de forma a conformá-los com o novo regime jurídico das instituições do ensino superior estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e foram aprovados e homologados por Despacho de 30 de janeiro de 2009 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República n.º 26, 2.ª série, de 06 de fevereiro de 2009, revistos e republicados por Despacho n.º 5075/2014, em Diário da República, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril de 2014.

A FMDUL é uma pessoa coletiva de direito público, está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência e é dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos da Lei da Autonomia das Universidades e dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

A FMDUL pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito privado, mediante autorização prévia do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades e destinam-se a coadjuvar a FMDUL no cumprimento dos seus fins.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, a FMDUL rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

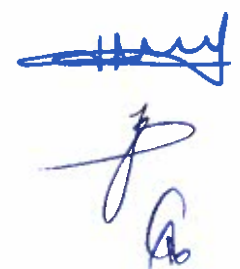
As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis às de 2017.



b) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2018	31.dez.2017
111	Numerário	4 573,19	1 683,95
121	Depósitos à ordem no Tesouro		
1211000001	IGCP 4078	79 264,23	89 279,37
1211000002	IGCP 9086	466,35	5 980,07
1211000003	IGCP 3634	140,90	21 314,42
1221	Depósitos bancários na instituição CGD		
1221100001	CGD 6430	3 415,23	12 043,90
1221100002	CGD 5530	0,00	49,20
1221100003	CGD 26626	53 257,37	19 757,54
1222	Depósitos bancários na instituição BPI		
1222100001	BPI 10101	1 782,60	4 458,08
Total		142 899,87	154 566,53

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os feitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de

reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Faculdade de Medicina Dentária continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Faculdade de Medicina Dentária, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia bruta início período	Depreciações acumuladas início período	Perdas imparidade início período	Quantia escriturada início período	Quantia bruta final período	Depreciações acumuladas final período	Perdas imparidade final período	Quantia escriturada final período
Programas de computador e sistemas de informação	71 437,99	-71 437,99	0,00	0,00	71 437,99	-71 437,99	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	71 437,99	-71 437,99	-	-

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações, respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha Gastos / Reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram variações.

i) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram adições.

ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram diminuições.

3.2. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Faculdade de Medicina Dentária não detinha ativos intangíveis, que, individualmente se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2017 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificado complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP.

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Designação	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta início período	Depreciações acumuladas início período	Perdas imparidade início período	Quantia escriturada início período	Quantia bruta final período	Depreciações acumuladas final período	Perdas imparidade final período	Quantia escriturada final período
Terrenos e recursos naturais	3 949 427,50	-	-	3 949 427,50	3 949 427,50	-	-	3 949 427,50
Edifícios e outras construções	11 854 387,97	-237 576,20	-	11 616 811,77	11 854 387,97	-475 152,40	-	11 379 235,57
Equipamento básico	2 889 727,38	-2 853 700,05	-	36 027,33	2 954 384,38	-2 829 509,48	-	124 874,90
Equipamento de transporte	28 728,41	-28 728,41	-	0,00	28 728,41	-28 728,41	-	0,00
Equipamento administrativo	799 213,29	-771 307,72	-	27 905,57	819 348,13	-782 668,60	-	36 679,53
Outros	3 161 626,21	-3 093 216,24	-	68 409,97	3 161 626,21	-3 111 808,25	-	49 817,96
Outros ativos fixos tangíveis	22 683 110,76	-6 984 528,62	-	15 698 582,14	22 767 902,60	-7 227 867,14	0,00	15 540 035,46

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf.	Reversões perda imparidade	Perdas imparidade	Depreciações período	Diferenças cambiais	
Terrenos e recursos naturais	3 949 427,50	-	-	-	-	-	-	3 949 427,50
Edifícios e outras construções	11 616 811,77	-	-	-	-	-237 576,20	-	11 379 235,57
Equipamento básico	36 027,33	104 866,60	-	-	-	24 190,57	-40 209,60	124 874,90
Equipamento administrativo	27 905,57	20 134,84	-	-	-	-11 360,88	-	36 679,53
Outros	68 409,97	-	-	-	-	-18 592,01	-	49 817,96
Outros ativos fixos tangíveis	15 698 582,14	125 001,44	-	-	-	-243 338,52	-40 209,60	15 540 035,46

(i) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições	
	Compra	Total
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento básico	104 866,60	104 866,60
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento administrativo	20 134,84	20 134,84
Outros	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	125 001,44	125 001,44

(ii) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram as seguintes diminuições:

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram reconhecidas as seguintes imparidades:

Classe de ativos	Natureza do ativo	Segmento	Descrição da unidade geradora de caixa	31.12.2018		31.12.2017	
				Perda por Imparidade	Quantia recuperável	Perda por Imparidade	Quantia recuperável
2 - contas a Receber e a pagar	Ativo Gerador de caixa	n.a.	Clientes	222 327,19	96 464,70	226 282,12	108 718,71
2 - contas a Receber e a pagar		n.a.	Alunos	108 034,90	682 482,48	89 079,84	706 212,79

10. INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possam ser fiavelmente quantificados;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

ROYALTIES – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As vendas e prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Prestações de Serviços	813 710,14	863 196,35
Venda de bens	900,00	26,00
Outros Rendimentos	320 652,56	379 209,38
Total	1 135 262,70	1 242 431,73

incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão de-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Faculdade de Medicina Dentária adota o sistema do *custo médio ponderado* como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Inventário a 31.12.2017	Compras	Reclassif. E Regulariz.	Perdas por Imparidade	Inventário a 31.12.2018
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	92 059,90	144 255,16	-702,77	-63 987,28	34 857,86
Produtos Acabados e intermédios					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	92 059,90	144 255,16	-702,77	-63 987,28	34 857,86

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	136 767,15
Variações nos inventários da produção	

Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

Imparidades	Saldo Inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Mercadorias					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	59 720,16	4 267,12			63 987,28
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	59 720,16	4 267,12	0,00	0,00	63 987,28

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12. 2018	31.12. 2017
Taxas, multas e outras penalidades	1 035 635,25	1 092 620,30
Transferências obtidos	2 345 302,86	2 313 570,87
Total	3 380 938,11	3 406 191,17

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Processos judiciais em curso	334 677,76	42 406,54	0,00	-17 621,71	359 462,59
Total	334 677,76	42 406,54	0,00	-17 621,71	359 462,59

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 26/06/2018 pelo Conselho de Gestão da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao serviço da Faculdade de Medicina Dentária foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Lisboa, 26 de junho de 2018

O Conselho de Gestão da Faculdade de Medicina Dentária



Geonandes

